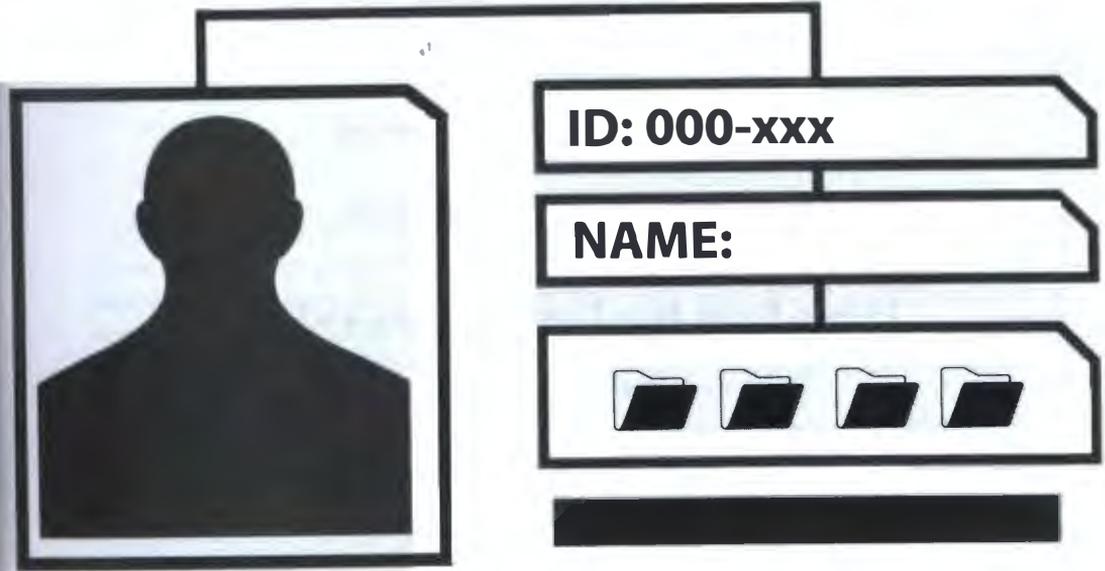


MIZIARA
Raphael

MOLLICONE
Bianca

PESSOA
André



Reflexos da **LGPD** no
Direito e no

Processo do **Trabalho**



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Diego Garcia Mendonça, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araujo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Mariane Cordeiro e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Lucas Kfourri

Adaptação de Capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Bianca Satie Abduch, Caroline Vieira, Deborah Prata e Vanessa Mafra.

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araujo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reflexos da LGPD no direito e no processo do trabalho / Raphael Mizziara, André Pessoa, Bianca Medalha Mollicone coordenação. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5991-360-2

1. Direito à privacidade 2. Direito do trabalho 3. Direito do trabalho - Brasil 4. Proteção de dados - Leis e legislação 5. Relações de trabalho I. Mizziara, Raphael. II. Pessoa, André. III. Mollicone, Bianca Medalha.

22-97645

CDU-342.721:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Proteção de dados pessoais do empregado: Direito do trabalho 342.721:331(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. PRINCÍPIOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
LARISSA MATOS	
1. Considerações iniciais	19
2. Princípio da boa-fé objetiva	23
3. Princípio da finalidade	24
4. Princípio da adequação	25
5. Princípio da necessidade	26
6. Princípio do livre acesso	26
7. Princípio da qualidade dos dados	27
8. Princípio da transparência	27
9. Princípio da segurança	28
10. Princípio da prevenção	30
11. Princípio da não discriminação	30
12. Princípio da responsabilização e prestação de contas	31
13. Referências bibliográficas	32
2. NOÇÕES GERAIS SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE EMPREGO	
VERISSA COELHO CABRAL PIERONI	
1. Introdução	33
2. Conceitos de dados, banco de dados e tratamento de dados	36
3. Proteção de dados nas relações de emprego	38
4. Conclusão	48
Referências	50
3. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
IURI PINHEIRO e VÓLIA BOMFIM	
1. Introdução	52

2.	A relevância da proteção de dados no contexto das relações de trabalho.....	53
3.	Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados	54
4.	Princípios da LGPD	56
5.	Conceituações centrais da LGPD e suas implicações nas relações de trabalho	57
5.1.	Dados pessoais e dados pessoais sensíveis	57
5.2.	Tratamento de dados pessoais	58
5.3.	Sujeitos do tratamento de dados pessoais.....	58
5.3.1.	Titular dos dados pessoais	59
5.3.2.	Controlador e operador	60
5.3.3.	Encarregado.....	61
6.	Hipóteses autorizativas do tratamento de dados pessoais e de dados pessoais sensíveis e a contextualização com a relação de trabalho	64
6.1.	Premissas gerais	64
6.2.	A checagem de antecedentes (<i>Background Checks e Pre-employment vetting</i>)	67
6.2.1.	Quais são os principais motivos relacionados ao <i>Background Checks e Pre-employment vetting</i> ?	67
6.2.2.	Quando é admitido na ordem jurídica brasileira que o empregador exija certidão de antecedentes criminais ou proceda à consulta de restrições de crédito?.....	68
6.3.	Utilização de dados biométricos de seus empregados.....	70
6.4.	O risco do tratamento de dados pessoais na relação de trabalho tendo como base o consentimento	71
7.	Término do tratamento de dados.....	73
8.	Negociação coletiva para o tratamento de dados pessoais.....	74
9.	Responsabilidade civil.....	75
10.	Conclusão	76
11.	Referências bibliográficas.....	76
4.	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO DIREITO DO TRABALHO: INTEGRAÇÃO E APLICABILIDADE	
	PRISCILA KUHL ZOGHBI	
1.	Introdução	77
2.	Unicidade, Coerência e Completude de um ordenamento jurídico	78
3.	Aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados no direito do trabalho	79
4.	Requisitos: omissão legislativa e compatibilidade.....	80
5.	Princípios caracterizadores do Direito do Trabalho	83

6.	Conclusão	85
7.	Bibliografia	86
5.	A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS TRABALHISTAS	
	VICENTE VASCONCELOS CONI JUNIOR e RODOLFO PAMPLONA FILHO	
1.	Apresentando um panorama do direito à Proteção de Dados Pessoais ...	88
2.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/2018	98
3.	Os direitos dos titulares de Dados Pessoais	105
4.	As sanções administrativas previstas pela LGPD.....	112
5.	Reflexos nas relações jurídicas trabalhistas.....	114
6.	Considerações finais	133
7.	Referências bibliográficas	135
6.	PROTEÇÃO DA INFORMAÇÃO ENVOLVENDO EMPREGADOS E SUAS DIMENSÕES NO DIREITO DO TRABALHO	
	ADRIANE REIS DE ARAUJO	
1.	Introdução.....	139
2.	Direito à proteção contra automação, direito à privacidade e a Lei n. 13.709/2018	141
3.	A proteção de dados pessoais em face da automação e o contrato de trabalho	145
4.	A negociação coletiva sobre a automação	150
5.	Conclusão	152
6.	Referências bibliográficas	153
7.	DOS AGENTES DE TRATAMENTO E DO ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SUBORDINADO	
	RAPHAEL MIZIARA	
1.	Introdução	155
2.	Agentes de tratamento	157
	2.1. Controlador	157
	2.2. Operador	158
	2.3. Controlador por equiparação	160
3.	Encarregado	161
	3.1. Conceito e atribuições.....	161
	3.2. Pontos polêmicos sobre o encarregado de proteção de dados pessoais	162
4.	Conclusões	168
5.	Referências bibliográficas	169

8. SUJEITOS, OBJETO E ALCANCE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

ANDRÉ DORSTER e PRISCILLA DONEGÁ

1.	Introdução.....	171
2.	Objeto.....	174
2.1.	Dados pessoais.....	174
2.2.	Tratamento de dados.....	176
3.	Sujeitos.....	176
3.1.	Titular de direitos.....	176
3.2.	Agentes de tratamento.....	177
3.3.	Encarregado (DPO).....	178
3.4.	Autoridade Nacional de Proteção de Dados.....	180
4.	Alcance.....	181
4.1.	Territorialidade.....	182
4.2.	Objetivo do tratamento de dados.....	183
5.	Conclusão.....	185
6.	Referências bibliográficas.....	186

9. DIGITALIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO: ANÁLISE DO RELATÓRIO DO GRUPO DE ESPECIALISTAS DE ALTO NÍVEL SOBRE O IMPACTO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NOS MERCADOS DE TRABALHO EUROPEUS

NEY MARANHÃO e THIAGO AMARAL COSTA SAVINO

	Introdução.....	188
1.	Síntese do relatório.....	189
1.1	Introdução e Contextualização.....	190
1.2	Alguns fatos importantes.....	191
1.3	Uma moldura para o impacto da transformação digital nos mercados de trabalho europeus.....	191
1.4	Recomendações de políticas.....	192
1.4.1.	Uma força de trabalho qualificada suportando a digitalização.....	192
1.4.2.	Gerenciando novas relações de trabalho.....	193
1.4.3.	Um novo contrato social.....	195
1.5	Considerações de implementação.....	196
2.	Aplicação no contexto brasileiro.....	196
	Conclusão.....	198
	Referências.....	198

10. DIREITOS À PRIVACIDADE, À INTIMIDADE E À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA

DANIELA CUNHA MACHADO e LAURA MACHADO DE SOUZA AZEVEDO

1. Introdução	201
2. Sociedade da informação e dado como <i>commodity</i> dos tempos atuais	202
3. Direitos à privacidade e à intimidade: aspectos do direito à personalidade sob a ótica da proteção de dados pessoais	204
4. Autodeterminação informativa: o controle do titular sobre seus dados pessoais	208
5. A proteção de dados como direito fundamental: breve análise do cenário jurídico brasileiro pós LGPD	210
6. Conclusão	212
7. Referências bibliográficas	212

11. AS HIPÓTESES AUTORIZATIVAS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SOB A ÓTICA DA LGPD E DO GDPR

DANIEL AZEVEDO DE OLIVEIRA MAIA

1. Introdução	215
2. A incidência das normas de proteção de dados pessoais no contexto das relações de trabalho	218
3. As hipóteses autorizativas de tratamento de dados pessoais nas relações de trabalho sob a ótica da LGPD e do GDPR	220
4. O término do tratamento	225
5. Conclusão	225
6. Referências bibliográficas	227

12. AS BASES LEGAIS DE TRATAMENTO DE DADOS NO AMBIENTE DE TRABALHO: ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO ENTRE A LGPD E A LEI TRABALHISTA

TATIANA BHERING SERRADAS BON DE SOUSA ROXO e BIANCA MEDALHA MOLLICONE

1. Introdução	230
2. As bases legais de tratamento de dados pessoais da LGPD nas relações de emprego	230
3. O tratamento de dados pessoais sensíveis nos departamentos pessoais	233
4. O monitoramento e uso de dispositivos pessoais no meio ambiente de trabalho	238
5. Conclusão	238
Referências bibliográficas	239

13. O TRATAMENTO DE DADOS DOS TRABALHADORES POR MEIO DE NORMA COLETIVA

FELIPE PRATA MENDES e LUIZA ARRUDA CÂMARA BRASIL

Introdução	241
1. Aspectos gerais acerca da Lei Geral de Proteção de Dados	243
2. Direito do trabalho e os instrumentos coletivos	244
3. O diálogo entre a negociação coletiva e a Lei Geral de Proteção de Dados a partir da lógica comum de proteção do indivíduo	247
Conclusão	251
Referências bibliográficas	251

14. LGPDE O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS NAS ORGANIZAÇÕES DE TENDÊNCIA

GABRIELA CURTI RAMOS GASPAR

1. Introdução	254
2. O que são as Organizações de Tendência	254
2.1. Antecedentes históricos	254
2.2. Delimitação conceitual	255
2.3. Características essenciais	258
2.3.1. As organizações de tendência como plasmação do pluralismo	258
2.3.2. O caráter ideológico	259
2.3.3. As organizações de tendência como realizadoras de direitos fundamentais do seu titular	262
3. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o tratamento de dados pessoais sensíveis	264
3.1. O Cenário da Edição da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) – LGPD	264
3.2. Dados pessoais, dados pessoais sensíveis e hipóteses de tratamento	266
4. As Organizações de Tendência e o tratamento de dados sensíveis dos empregados em consonância com a LGPD	269
4.1. Instrumentos normativos de proteção de dados e sua aplicabilidade às relações laborais	269
4.2. A questão do consentimento nas relações trabalhistas	270
4.3. Possibilidade, hipótese de tratamento e limites ao tratamento de dados sensíveis pelas organizações	274
5. Conclusões	279
6. Referências bibliográficas	281

15. UTILIZAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR E O LEGÍTIMO INTERESSE DO EMPREGADOR A PARTIR DO PODER DE DIREÇÃO

FABIANO ZAVANELLA e GILBERTO CARLOS MAISTRO JUNIOR

1.	Introdução.....	286
2.	A LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	289
3.	Classificação dos dados quanto ao nível de reserva da informação e a questão do legítimo interesse como base legal para tratamento de dados pessoais	290
4.	A relação de emprego e os limites do poder diretivo patronal e da subordinação do empregado frente à tutela jurídica dos direitos da personalidade.....	298
5.	O direito do trabalhador à preservação dos seus dados pessoais e os limites para o seu tratamento pelo empregador	299
6.	O legítimo interesse frente ao poder diretivo do empregador.....	303
7.	Conclusão	308
8.	Referências bibliográficas.....	308

16. A EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS NOS PROCESSOS SELETIVOS EM CONFORMIDADE COM A LGPD

BRUNA JARDIM

1.	Introdução.....	311
2.	Posicionamento firmado pelo TST em sede de julgamento de recurso repetitivo	312
3.	Entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e suas implicações na jurisprudência do TST.....	313
4.	Tratamento de dados presentes em certidões de antecedentes criminais em conformidade com a LGPD.....	313
4.1.	Natureza dos dados pessoais contidos em certidões de antecedentes criminais.....	314
4.2.	Bases legais autorizadoras do tratamento dos dados pessoais....	315
4.3.	Bases legais autorizadoras do tratamento dos dados pessoais sensíveis.....	319
5.	Conclusão	321
	Referências bibliográficas	321

17. LGPD E FRATERNIDADE: LIMITES À UTILIZAÇÃO DOS ALGORITMOS DISCRIMINATÓRIOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

LUCIANE CARDOSO BARZOTTO e VIVIAN MARIA CAXAMBU GRAMINHO

	Introdução	323
--	------------------	-----

1.	A sociedade da informação e as implicações da inteligência artificial nas relações de trabalho.....	325
2.	A discriminação algorítmica nas relações laborais	329
3.	A utilização da LGPD e do direito humano à igualdade como limites à utilização de algoritmos discriminatórios: uma análise a partir do princípio da fraternidade.....	333
4.	Considerações finais.....	339
	Referências.....	340
18.	A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A (AUSÊNCIA DE) PROTEÇÃO AOS TRABALHADORES, OU O DITO PELO NÃO DITO	
	ALMIRO EDUARDO DE ALMEIDA e OSCAR KROST	
1.	Introdução.....	346
2.	Das proteções que se podem estender aos trabalhadores: o dito pelo não dito.....	346
3.	Das lacunas da LGPD: o não dito que efetivamente nada diz	353
4.	Conclusão: afinal, fica o dito pelo não dito?	358
	Referências.....	358
19.	RESPONSABILIDADE CIVIL NA LGPD	
	EDILTON MEIRELES	
1.	Introdução.....	361
2.	Sujeitos responsáveis.....	361
3.	Da responsabilidade em relação aos sujeitos.....	363
4.	Da natureza da responsabilidade do controlador e do operador.....	364
5.	Conclusão	375
6.	Referências bibliográficas.....	376
20.	PROMETEU ACORRENTADO, LGPD E O DIREITO DO TRABALHO	
	OSCAR KROST	
1.	Introdução.....	379
2.	Prometeu acorrentado e a centralidade da informação	380
3.	Lei Geral de Proteção de Dados, direitos de personalidade e direito do trabalho	383
4.	Compatibilidade com os princípios do direito do trabalho	385
5.	Horizontalidade dos direitos fundamentais.....	385
6.	Princípio da proporcionalidade	386
7.	Considerações finais.....	386
8.	Referências bibliográficas	387

21. COMO IMPLEMENTAR NA PRÁTICA UM PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE DADOS

TATIANA BHERING SERRADAS BON DE SOUSA ROXO

1. A implementação de um programa de conformidade com as normas de privacidade e proteção de dados	392
Conclusão	417
Referências Bibliográficas	417

22. DA RELAÇÃO DO COMPLIANCE E DO PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO À LGPD NO ÂMBITO TRABALHISTA

LUCIANE CARDOSO BARZOTTO e ROSANA KIM JOBIM

Introdução	419
1. Uma abordagem dialógica	421
1.1. Ferramentas do compliance trabalhista.....	422
1.2. Etapas da implementação de um programa de adequação à LGPD	424
2. Compliance trabalhista e a adequação à LGPD	427
2.1. Compliance de dados dos empregados e o compliance trabalhista	427
2.2. Riscos e benefícios de uma implementação sincrônica e diacrônica	430
Considerações finais	431
Referências bibliográficas	432

23. A AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E OS LIMITES DO PODER FISCALIZATÓRIO DO EMPREGADOR

FABRÍCIO LIMA SILVA

1. Introdução	435
2. A precedente discussão europeia	437
3. A privacidade e autodeterminação informativa	439
4. O tratamento dos dados pessoais nas relações de trabalho.....	441
5. Conclusão	447
6. Referências bibliográficas	448

24. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: OBTENÇÃO DE DADOS DO TRABALHADOR E LIMITAÇÃO DE USO

JOSÉ CLAUDIO MONTEIRO DE BRITO FILHO, AURORA DE NAZARÉ FERNANDES DIAS e LUIZA ARRUDA CÂMARA BRASIL

1. Introdução.....	451
2. LGPD na fase pré-contratual da relação de trabalho	452

3.	LGPD na fase contratual da relação de trabalho	455
4.	LGPD na fase pós-contratual da relação de trabalho	459
5.	Considerações finais	462
	Referências	463
25.	OSINDICATO COMO REPRESENTANTE LEGAL DOS TRABALHADORES E O DIREITO DE ACESSO AOS DADOS PESSOAIS	
	CAROLINA MARZOLA HIRATA	
	Introdução	465
1.	Noções sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	466
2.	O paradigma espanhol	467
3.	Legitimidade dos sindicatos no direito pátrio	472
4.	Acesso do sindicato aos dados pessoais dos empregados	475
5.	Produção antecipada de provas	478
	Conclusão	480
	Referências bibliográficas	481
26.	PROVAS DIGITAIS, LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E PUBLICIDADE PROCESSUAL	
	EROTILDE RIBEIRO DOS SANTOS MINHARRO	
	Introdução	483
1.	Da publicidade processual	484
2.	Informatização processual, publicidade processual e a proteção de dados da pessoa natural no poder judiciário (especialmente quando se trata de trabalhador)	484
3.	Há dados pessoais que devam ser protegidos no processo do trabalho? ...	486
4.	O quédiz a LGPD?	487
5.	Como é na Europa?	487
6.	Provas digitais	489
7.	Conclusões	489
27.	LGPD E OS DADOS DAS SECRETARIAS DAS VARAS DO TRABALHO	
	WILLIAN ALESSANDRO ROCHA	
	Introdução	491
1.	Contexto normativo	493
2.	Alcance da LGPD. Fonte normativa para o Poder Judiciário	496

3	Fundamentos da LGPD	499
4	Princípios da LGPD	500
5.	Conceito de dados pessoais e dados pessoais sensíveis	503
6.	Tratamento de dados pessoais.....	504
7.	Os dados das Varas do Trabalho	506
7.1.	Tratamento de dados sensíveis na fase de execução	509
7.2.	Dados sensíveis nas peças processuais (condição de saúde, filiação a sindicato)	511
7.3.	Dados bancários e CPF no termo de audiência (acordo)	512
7.4.	Imagem e voz de partes, advogados, servidores e magistrados nas audiências telepresenciais. Forma de guarda e acesso destes dados.....	513
7.5.	Filmagem da residência de partes e testemunhas. Incomunicabilidade e a inviolabilidade do lar.....	514
7.6.	Sistema de buscas em sítios eletrônicos especializados. Prevenção à formação de “listas sujas”	516
8.	Considerações finais.....	517
9.	Referências bibliográficas	518